

Refletindo sobre as produções culturais das crianças pequenas nas instituições de Educação Infantil

Altino José Martins Filho*

RESUMO: Discutimos aqui as manifestações das culturas da infância em instituições de Educação Infantil. As reflexões são provenientes de uma pesquisa de mestrado em andamento e buscam compreender a discussão em torno do novo movimento investigativo que toma as crianças e suas infâncias como sujeitos sociais de direitos, constituídos de múltiplas dimensões humanas e protagonistas nas relações educativas. A idéia de investigar as crianças por meio do conhecimento da produção cultural da infância tem como aporte estudos no campo da Sociologia da Infância. Esta reflexão parte, também, do considerável esforço que vem sendo despendido pelos pesquisadores da infância na busca da consolidação de uma Pedagogia para a Educação Infantil, cujo objeto de preocupação é a própria criança. Deste modo, a bibliografia consultada permitiu olhar a realidade de forma múltipla, contraditória e dialética.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Culturas da Infância. Educação. Pedagogia. Pesquisa.

Reflecting on the cultural productions of small children in Preschools

ABSTRACT: This article discusses the cultural manifestation of childhood in Preschools. The reflections are from a master's study in progress and seek to understand the discussion around the new investigative movement that understands children - and childhood - as social subjects with rights, constituted by multiple human dimensions and as protagonists in educational relationships. The idea of investigating children by means of knowledge of cultural production of childhood is supported by studies in the Sociology of Childhood. This analysis is also based on the considerable effort that is being made by childhood researchers in search of the consolidation of a Pedagogy of Preschool Education, that focuses on the child. In this way, the bibliography consulted allowed seeing reality in a multiple, contradictory and dialectical form.

KEY WORDS: Preschool Education. Childhood Culture. Education. Pedagogy. Research.

Sonho com uma [instituição de educação infantil] onde a criança não tivesse que saltar as alegrias da infância apressando-se, em fatos e pensamentos, rumo à idade adulta, mas onde pudesse apreciar em sua especificidade os diferentes momentos de suas vidas.
(SNYDERS, 1993).

* Professor de Educação Infantil na Rede Municipal e Privada de Florianópolis - SC. Especialista em História Social pela UDESC e Mídia e Conhecimento pela UFSC, mestrando em Educação e Infância pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: altinojm@ig.com.br

1 Situando a Temática

O objetivo deste texto é socializar alguns aspectos do debate das produções culturais das crianças de 0 a 6 anos, evidenciados na literatura especializada. Pretende-se trazer algumas considerações analíticas e propositivas que reconhecem a criança pequena não apenas como dependente dos adultos, mas como um sujeito capaz, co-construtor, produtor de culturas e portador de história.

No entanto, o interesse da investigação em processo é centrar os estudos na perspectiva das crianças pequenas¹, acentuando o que a contemporaneidade tem apontado na busca pela pluralização dos modos de ser criança, pela heterogeneidade da infância como categoria social e pelo investimento nas crianças por meio do conhecimento das culturas infantis.

Assim, vislumbram-se possibilidades, encantamentos, descobertas e motivações para formular possíveis pontos de partida no interesse de realizar uma pesquisa que tenha como foco “adotar o ponto de vista das crianças ou estudar as crianças por seu próprio mérito” (QVORTRUP, 1999, p. 5). Deste modo, o estudo propõe-se a tratar o tema das culturas da infância de uma perspectiva diferenciada, na tentativa de um olhar não “adultocêntrico” sobre os universos dos meninos e meninas que frequentam as instituições coletivas de educação.

Faria (1999) aponta em seus estudos que a bibliografia brasileira disponível sobre as pesquisas em Educação Infantil revela que a tradição dos estudos na área valoriza os “conteúdos”, ensinados às crianças ou as inovações “didáticas” — e não os conhecimentos criados pelas crianças — ou experiências construídas que almejam uma educação voltada para a *criança enquanto criança*. Suas reflexões explicitam a necessidade de conhecermos as crianças, com as quais nos relacionamos quotidianamente, nos contextos de sua educação, para melhor poder identificar suas manifestações culturais.

¹ Neste trabalho, optamos por utilizar o que prescreve a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), quando, em seu capítulo II, Seção II, artigo 29, afirma que o *atendimento à Educação Infantil dar-se-á em creches para crianças de 0 a 3 anos e em pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos*. Utiliza-se, então, o termo Educação Infantil e correlatos do tipo educação de crianças pequenas, educação de 0 a 6 anos, para referir-me amplamente à educação na faixa etária de 0 a 6 anos.

Da mesma forma, Rocha expõe que não podemos negar que a aprendizagem e o conhecimento sistematizados pelos professores fazem parte do universo infantil, mas há outras questões que precisam ser consideradas e problematizadas nas preposições pedagógicas, pois a criança não se constitui apenas em ser cognitivo. Confirma a autora:

[...] a dimensão que os conhecimentos assumem na educação das crianças pequenas coloca-se numa relação extremamente vinculada aos processos gerais de constituição da criança: a expressão, o afeto, a sexualidade, a socialização, o brincar, a linguagem, o movimento, a fantasia, o imaginário, (a cultura), as suas cem linguagens. (ROCHA, 1999, p. 62).

As pesquisas de Faria (1999) e Rocha (1999), nos confirmam a necessidade de estudos direcionados a conhecer as manifestações culturais das crianças com seus pares. Ou seja, compreender as crianças a partir de si próprias, desvelando e interpretando as relações que são travadas entre elas.

É latente, pois, a necessidade de se conhecer as crianças, para se pensar em uma instituição que possa respeitá-las enquanto tal, na possibilidade de romper com a “pedagogia escolar” sedimentada nas escolas de Ensino Fundamental. Para Cerisara, articular as especificidades das crianças às práticas desenvolvidas nas instituições de educação infantil é:

[...] trabalhar com as crianças pequenas em diferentes contextos educativos, envolvendo todos os processos de constituição da criança em suas dimensões intelectuais, sociais, emocionais, expressivas, culturais, interacionais. Portanto, as instituições de educação infantil devem buscar delinear as suas especificidades, sem perder de vista que o trabalho a ser realizado com as crianças deve assumir um caráter de intencionalidade e de sistematização, sem cair na reprodução das práticas familiares, hospitalares ou escolares. (CERISARA, 1999, p. 16).

Nesta passagem, é possível observarmos a preocupação com a busca e a construção permanente da especificidade da educação infantil como campo de conhecimento. Esta tem sido enfatizada e ressaltada de várias maneiras, por muitas pesquisas que apontam que a educação infantil vem passando por alterações importantes na busca de uma identidade que lhe seja própria, reorientando, de forma constante, seu papel e suas funções, mostrando outras formas de ser criança que existem e resistem.

A idéia de investigar as crianças partindo do conhecimento da produção cultural da infância apresenta, como aporte teórico, os estudos no campo da *Sociologia da Infância*, os quais consideram a criança como ator social, que, além de se apropriar de elementos culturais, produz cultura. Partimos, também, do considerável esforço que

vem sendo despendido pelos pesquisadores da infância em busca da consolidação de uma Pedagogia para a Educação Infantil², cujo objeto de preocupação é a própria criança. Entendemos que a pluralidade de abordagens e procedimentos metodológicos possibilitam entrar em contato com o universo de significações culturais e sociais próprios da infância, deixando-nos enlaçar pelos fios que são puxados da teia dos contextos de vida das crianças.

Neste âmbito, estamos considerando que as culturas da infância são um “produto coletivo dos grupos infantis” (FARIA, 1999, p. 32), e o movimento que se deve efetuar para se conhecerem as experiências das crianças com seus pares é deixar-se emaranhar na teia de significados que as crianças tecem umas com as outras, fios que são intermináveis e que nos fazem perceber as experiências e as criações desses seres humanos tão pequenos, mas que vivem e agem num mundo que eles percebem, interpretando-o e dando-lhe sentido. Batista (1998) sinaliza, que neste processo, criança/criança e criança/adulto vão produzindo e se apropriando da cultura, tecendo histórias, construindo e reconstruindo, significando e ressignificando o mundo no qual estão inseridos.

Diante destas reflexões iniciais, acreditamos que a criança quando nasce encontra um mundo social e cultural pré-estruturado³, que orienta, em parte, suas ações e interpretações. Entende-se, no entanto, que, mesmo diante desta pré-estruturação, há por parte de cada uma delas uma possibilidade segura de ir produzindo suas próprias interpretações, sobre todas as coisas que constituem esse mundo. Portanto, não se pode dissociar a produção cultural produzida para a criança daquela produzida pela criança, pois é preciso pensar na criança como receptora e produtora de cultura. Lembramos as palavras de Perrotti (1982) quando diz que nós, adultos, sempre pensamos na criança recebendo (ou não recebendo) cultura, e nunca na criança fazendo cultura, ou ainda, na criança recebendo e fazendo cultura ao mesmo tempo.

2 A dimensão cultural da infância: concepção de crianças como atores sociais e produtores de culturas

Buscando a compreensão de como a infância foi se constituindo em objeto de preocupação e investigação como categoria social e cultural, pretendemos – ainda de

² A expressão Pedagogia da Educação Infantil foi retirada da tese de Rocha (1999), em que a autora esclarece que a utilização desta terminologia visa a demarcação dos limites territoriais da educação de crianças pequenas em espaços institucionais coletivos, mas que não deve ser vista fora do campo da Pedagogia da Infância, pois não tem a intenção de advogar a departamentalização da Pedagogia em campos específicos.

forma inicial – apresentar reflexões no âmbito dos estudos da Sociologia da Infância, área de conhecimento que recentemente passou a se preocupar em investigar e perspectivar algumas idéias em torno das crianças como atores sociais⁴ e produtores de culturas; reconhecendo-as como sujeitos empíricos tendo vez e voz.

Deste modo, sustenta-se a necessidade de se rever as posturas das investigações sobre as crianças⁵, propondo-se um olhar que as considere como atores sociais ativos, com voz, ação e perspectivas próprias. Por intermédio deste enfoque, é possível ver as crianças com base em suas experiências e manifestações, principalmente aquelas construídas por meio das relações estabelecidas com seus pares, e não mais como objeto passivo no meio social, ainda que elas sejam interdependentes dos adultos, ou de outros grupos sociais, como por exemplo, a família, os contextos institucionais de educação e o Estado.

Esse quadro de compreensão sobre as crianças amplia e modifica os estudos sobre a infância para além do paradigma “psico-pedagógico e bio-psicológicos⁶, que as compreende como objetos passivos de socialização, numa ordem social adulta” (FERREIRA, 2002, p. 39). Assim, cabe destacar que, na concepção da sociologia da infância, a noção de socialização é reformulada, não mais encarando as crianças como seres que necessitam adaptar-se ao mundo dos adultos, ou ainda, tendo que interiorizar as regras, os hábitos e valores deste grupo social.

Sarmiento e Pinto (1997) expõem que a consideração das crianças como atores sociais, e não como sujeitos incompletos ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças e a constituição das suas manifestações, representações e crenças em sistemas organizados; isto é, em **culturas**. Os autores supracitados questionam se as culturas das crianças, afinal, apresentam um sistema de construção de conhecimento e de apreensão do mundo que é específico das crianças e diferente dos adultos, e se é possível falar em uma autonomia das culturas infantis.

³ Com base em Giddens (1984).

⁴ Sarmiento e Pinto (1997) e Ferreira (2002), afirmam que a partir dos estudos de Max Weber (1864 – 1920), reconhece-se o estatuto de ator social aos seres humanos, passando a serem compreendidas por sua capacidade de interagir em sociedade e de atribuir sentidos às suas ações. Esta perspectiva vem contrapor a tradição clássica estrutural-funcionalista e reprodutivista descrita especialmente, por Durkheim (1858 – 1917) e que está ligada a corrente “positivista” de se pensar a educação.

⁵ Os pressupostos assumidos nas reflexões sociológicas acerca da infância, de que são as próprias crianças os atores principais na construção dos seus mundos sociais, são, talvez, o denominador comum de todas as produções marcantes a partir da década de 1980 na Sociologia da Infância. (SOARES, 2001).

⁶ Segundo Rocha (1999), no caso da Pedagogia, não há dúvida de que é a Psicologia que tem orientado de forma predominante os estudos relativos à educação infantil; a articulação, neste caso, é freqüentemente marcada por uma assimetria, na qual o domínio da Psicologia acaba por prevalecer.

Nesse sentido, chama atenção para o caráter não-universal da infância, associado ao fato de que diferentes culturas produzem infâncias diversas. Assim, explicam que se as culturas infantis assentam nos mundos de vida das crianças, e estes mundos se caracterizam pela heterogeneidade, é preciso ter em conta que há uma pluralidade de sistemas de valores, de crenças e representações sociais das crianças. É por isso que, em vez de falar de uma cultura da infância, eles defendem que existe uma pluralidade dos sistemas simbólicos, sendo preferível falar em culturas das crianças, ou culturas infantis.

A partir dessa reflexão, pode-se dizer que a pesquisa trilha por outros caminhos, evidenciando o que tem sido apontado por Montandon (2001); Sarmiento (1997, 2000); Sirota (2001); Ferreira (2002), como sendo a busca por um novo paradigma para o estudo da infância. É este entendimento que vem sendo marcado mais recentemente pela perspectiva interpretativa da Sociologia da Infância.

Na compreensão dos autores supracitados, este novo paradigma tem como base a mudança de uma perspectiva que enfatizava a lógica da reprodução social⁷, que colocava as crianças no papel de destinatários das políticas educativas e das práticas pedagógicas centradas nos adultos, para uma outra perspectiva que considera a categoria social infância como susceptível de ser analisada em si mesma e interpreta as crianças nas suas múltiplas relações simbólicas estabelecidas entre si e com os adultos.

Visando ampliar essa concepção, transcrevemos algumas características apontadas pelo viés do paradigma da sociologia da infância: o entendimento da infância como fato social, elaborado para e pelas crianças, em um conjunto ativamente negociado de relações sociais; a infância, como uma variável, não pode ser inteiramente separada de outras variáveis como a classe social; o sexo ou o pertencimento étnico, que devem ser sempre contextualizados em relação ao tempo, ao local e à cultura; as crianças são atores sociais, portanto, suas relações sociais devem ser estudadas em si mesmas porque elas têm atividades e função; as crianças têm voz própria e devem ser ouvidas de modo a serem consideradas com seriedade, envolvendo-as no diálogo e na tomada de decisões democráticas; as crianças contribuem para os recursos e para a produção social, não sendo elas, simplesmente, um custo e uma carga; os relacionamentos entre os adultos e as crianças envolvem o exercício de poder. É

⁷ Consultar: Durkheim (1984).

necessário considerar a maneira como o poder do adulto é mantido e usado, assim como a elasticidade e a resistência das crianças a esse poder.⁸

Desta forma, Sarmiento e Pinto (1997) chamam a atenção explicitando que a autonomia cultural das crianças é um tema envolto em algumas controvérsias. O debate não se centra no fato, reconhecido, de as crianças produzirem significações autônomas, mas em saber se essas significações se estruturam e consolidam em culturas da infância. Os autores alertam que as culturas da infância possuem, antes de mais, dimensões relacionais; constituem-se nas relações com seus pares e com os adultos, estruturando-se nessas relações formas e conteúdos representacionais distintos. Elas exprimem a cultura social em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo em que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo.

Isto sugere vários argumentos, face às ações das crianças, e permite pensar que elas dependem dos atributos partilhados com o meio social e cultural com o qual estão convivendo. Eles é que vão fornecer os elementos que irão estruturar suas vidas sociais, capacitando as crianças a construírem significados próprios e, portanto, habilitando-as a tornarem-se atores sociais e culturais.

Nesta perspectiva, salientamos que é por meio das relações sociais que as crianças estabelecem com as outras crianças e com os adultos, que é possível considerar suas manifestações como provenientes de uma cultura própria da infância, seja sob a forma como as interpretam e interagem, seja nos efeitos que nelas produzem, a partir das suas próprias práticas. Com isto, tomar a criança como “reprodutora e produtora de culturas” é reconhecer suas expressões, nas mais variadas linguagens, como possibilidades das crianças se introduzirem no mundo, oportunidades que as levam a viver as experiências socioculturais da infância. Deste modo, Sarmiento (2003) escreve que a relação particular que as crianças estabelecem com a linguagem, por meio da aquisição e aprendizagem dos códigos que plasmam e configuram o real e da sua utilização criativa, constitui a base da especificidade das culturas infantis.

Assim, importa enfatizar que as crianças vivem em uma sociedade que produz culturas, convivendo e interagindo com suas várias facetas – que denominaremos cultura geral –; assumimos que as crianças também são produtoras de elementos culturais próprios (que contemplam a especificidade da infância), quando

⁸ Este levantamento de características sobre a consideração das crianças como sendo o marco de um novo paradigma da infância, como categoria social e cultural, é encontrado em Ferreira (2002), Dahlberg

percebemos seu modo de relação com a cultura representada pelo adulto. Pois como confirmam Sarmiento e Pinto (1997, p. 22) “as culturas infantis não nascem no universo simbólico exclusivo da infância; este universo não é fechado, pelo contrário, é, mais do que qualquer outro, extremamente permeável, nem lhes é alheio a reflexibilidade social global”. Todavia, os grupos infantis não produzem culturas no vazio social, assim como não têm uma completa autonomia no processo de socialização.

Neste sentido, a instituição educacional passa a ser entendida como “espaço privilegiado das sociabilidades humanas, espaço fértil das culturas como produção e produto, como equilíbrio e conflito, como trama e textura do social.” (GUSMÃO, 1999, p. 8). Contudo, cabe ressaltar que não se pretende polemizar a temática das culturas infantis, ou seja, departamentalizar a produção cultural das crianças, num sentido de oposição ou dicotomização entre adultos e crianças. A idéia não é cercar a criança em um mundo isolado, desconsiderando sua inter-relação com o meio social em que está instalada; não pretendemos afirmar taxativamente que existem culturas infantis separadas do mundo cultural dos adultos, mas especificar o que está presente na relação entre as crianças, pois como afirma Sarmiento (2003, p. 13):

[...] as culturas da infância, vivem desse vai-vém das suas próprias representações do mundo – geradas nas interações entre pares, nos jogos e brincadeiras e no uso das suas próprias capacidades expressivas (verbais, gestuais, iconográficas, plásticas), nas condições biopsicológicas em que as crianças vivem – com a cultura dos adultos, transmitidas através das suas instituições de veiculação e reprodução cultural, e disseminadas, quer sob a forma de produtos culturais para a infância, quer sob a forma de conteúdos culturais das comunidades de pertença das crianças.

E ainda

As “duas culturas” a especificamente infantil e a da sociedade – que se conjugam na construção das culturas da infância, na variedade, pluralidade e até contradição que internamente informam uma e outra, referenciam o mundo de vida das crianças e enquadram a sua ação concreta. (CORSARO, 1997, p. 26 apud SARMIENTO, 2003, p. 13).

Portanto, consideramos que conhecer as construções culturais e sociais das crianças que freqüentam as instituições de educação seja uma aventura complexa e sinuosa, pois é preciso reconhecer o grupo de crianças que lá estão, em seu caráter não-homogêneo, avistando as diferenças, de maneira a tornar visível a pluralidade cultural.

Assim, caminhar à procura de trilhas por uma inteligibilidade da infância a partir das próprias crianças no contexto institucional é perceber as instituições de educação infantil como espaços de trocas infantis, lugar de garantia e compromisso com a educação e a produção das culturas da infância, respeitando todas as crianças de 0 a 6 anos, meninos e meninas, que precisam desfrutar de uma infância alegre, lúdica, digna, criativa e crítica; com muitas oportunidades, expressões, cantos, movimentos, ou seja, uma infância de diversas crianças, que estão em pleno convívio coletivo nas instituições.

3 Considerações finais

Os estudos preliminares realizados com o intuito de elucidar os caminhos possíveis para levar a termo esta pesquisa apontam o estudo de caso com orientação etnográfica como a melhor estratégia de trabalho, pois a etnografia impõe uma orientação do olhar investigativo para os símbolos, as interpretações, as crenças e valores que integram a vertente cultural das dinâmicas da ação que ocorrem nos contextos pesquisados. Isto significa a opção por um método mais aproximado dos processos qualitativos e participativos, designadamente a utilização da observação participante e dos registros sistemáticos das dinâmicas observadas, podendo-se lançar mão das mais diferentes formas de registros, dentre elas o registro fílmico, escrito e fotográfico.

Sendo assim, falar e ouvir sobre as experiências da infância e interpretá-las com a ajuda daqueles que dela hoje participam – as crianças – é uma forma de ressignificar as hierarquias institucionais dos papéis sociais estabelecidos culturalmente. Além disso, “é deixar emergir a diferença no seu caráter extensivo de alteridade e abertura para novas possibilidades de acordos intersubjetivos” (PEREIRA; SOUZA, 1998, p. 18-19). É, por fim, captar suas vozes, dar-lhes a palavra, percebê-las como um *outro* que precisa ser ouvido e compreendido.

Para dar a palavra à criança, Becchi (1994, p. 83) diz que é preciso:

[...] abandonar uma técnica da palavra aculturante [...], e passar ao exercício de um ouvido refinado, numa perspectiva de mútua construção [...], [proporcionar] práticas de encontro com a criança [...], [estimular] a leitura da realidade que eles, diretamente, nos oferecem, [permitir] uma desinibição do ouvir.

Lado a lado a essas indicações, procuramos, então, entrar na creche e percebê-la com “olhos de crianças” (TUNUCCI, 1997, p. 10), captando suas vozes, reveladoras do que as crianças fazem na creche, que nos permitem pesquisar e escrever sobre as infâncias ali encontradas. Porém, salientamos que bastou ficar na creche dois meses em estudo exploratório, observando as relações das crianças (na figura de pesquisador), para compreendermos que esta se constitui em uma tarefa nada fácil. Mas que é preciso aprender a fazer, pois somente assim será possível desestabilizar nossas certezas sobre o significado da infância na contemporaneidade.

Referências

- BATISTA, R. *A Rotina no Dia-a-Dia da Creche: entre o proposto e o vivido*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1998.
- BECCHI, E. Retórica da Infância. *Perspectiva*, Revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, ano 12, n. 22, p. 63-95, jul./dez. 1994.
- CERISARA, A. B. Educar e Cuidar: por onde anda a educação infantil? *Perspectiva*, Revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, ano 17, n. Especial, p.11-21, jul./dez. 1999.
- DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. *Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DURKHEIM, É. *Sociologia, Educação e Moral*. Portugal: Rés-Ediutora, 1984.
- FARIA, A. L. G. de. *Educação Pré-Escolar e Cultura*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.
- FERREIRA, M. M. M. *A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos: as crianças como actores sociais e a (re) organização social do grupo de pares no quotidiano de um Jardim de Infância*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Porto, (Portugal), 2002.
- GIDDENS, A. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- GUSMÃO, N. M. M. de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 107, p. 41-78, jul. 1999.
- MONTANDON, C. Sociologia da infância: Balanço dos trabalhos em língua Inglesa. Tradução Neide Luzia Resende. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.
- PERROTTI, E. A Criança e a Produção Cultural. In: PERROTTI, E. *A produção cultural para a criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PEREIRA, R. M. Ribes; SOUZA, S. J. . Infância, Conhecimento e Contemporaneidade. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. *Infância e Produção Cultural*. Campinas: Cortez, 1998.

QVORTRUP, J. *A infância na Europa: novo campo de pesquisa social*. Tradução de Helena Antunes. Centro de Documentação e Informação sobre a Criança. Instituto de Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho, 1999. (mimeografado).

ROCHA, E. C. *A Pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. 1999. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 1999.

SARMENTO, M. J.; Pinto, M. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Org.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SARMENTO, M. J; BANDEIRA, A; DORES. R. *Trabalho domiciliar infantil: um estudo de caso no Vale do Ave*. Lisboa: PEETI, 2000.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Edições ASA, 2003.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 112, p. 7-32, mar. 2001.

SOARES, N. Fe. *Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação*. Braga: Centro de Estudos da Criança, 2002.

TUNUCCI, F. *Com olhos de criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Endereço:

Rua Delminda Silveira, 235.
Apto 307, Bloco E, Agrônômica
88 025-500 - Florianópolis/SC

Recebido: maio/2004
Aprovado: agosto/2004